

Judiciário deve investir em comunicação, recomenda especialista

O especialista em Direito Público e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Gustavo Binenbojm, defendeu que o Judiciário brasileiro defina uma estratégia de comunicação profissionalizada e institucional para garantir sua afirmação como Poder da República perante a sociedade. O advogado falou, nesta terça-feira (6/11), aos presidentes dos 91 tribunais brasileiros durante o VI Encontro Nacional do Judiciário, em Aracaju (SE).

“No atual contexto de sociedade da informação, do poder da imprensa e das redes sociais, não há como o Judiciário abrir mão de ter uma estratégia de comunicação institucionalizada e profissional, um braço de comunicação do Judiciário com a sociedade”, afirmou o especialista. Para obter sua afirmação como Poder da República independente e imparcial, segundo Binenbojm, o Judiciário brasileiro precisa saber ouvir os anseios da população, sem, contudo, virar refém da opinião pública.

“Os juízes não podem e não devem fazer ouvidos moucos à opinião pública, pois instituições dependem do reconhecimento dos cidadãos. De outro lado, a imparcialidade é imprescindível, pois, muitas vezes, a Justiça precisa bancar decisões impopulares, que desagradam a sociedade no momento, mas que visam ao atendimento do interesse público a longo prazo”, frisou.

Nesse sentido, o professor da UERJ defendeu que os tribunais, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, invistam na criação de mecanismos profissionais de comunicação interna e externa que estejam a serviço das estratégias definidas por cada órgão, com assessores profissionais. “É preciso que o Judiciário trate a comunicação como vem tratando informática, invista na formação de pessoal, para que a contrapartida seja o retorno da sociedade.”

Para Binenbojm, a sociedade precisa ser capaz de entender o funcionamento da Justiça, para que possa não só cobrar quando metas não são cumpridas, como aplaudir quando os objetivos são alcançados. “Não é apenas uma visão pedagógica de comunicação, mas uma relação de mão dupla com a sociedade”, concluiu. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

07/11/2012